

ATO N°2 /2017/SCR - Manaus, 21 de fevereiro de 2017

Institui o Selo 11 - "Mérito Corregedoria" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências.

O CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargador AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** os objetivos e indicadores estratégicos traçados no Planejamento Estratégico 2015-2020 do TRT da 11ª Região;

**CONSIDERANDO** a importância em promover a melhoria constante dos desempenhos das unidades judiciárias;

**CONSIDERANDO** a necessidade de sistematizar e uniformizar as normas procedimentais aplicáveis aos processos que tramitam no âmbito do TRT da 11ª Região;

**CONSIDERANDO** a necessidade de incentivar o uso dos dados estatísticos:

CONSIDERANDO que o reconhecimento é uma forma eficaz de estímulo e motivação;

#### **RESOLVE**:

- Art. 1º Instituir e regulamentar a concessão do Selo 11 "Mérito Corregedoria", a ser conferido à unidade judiciária como reconhecimento do desempenho, analisado sob a ótica da produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
- Art. 2º O Selo 11 Mérito Corregedoria tem como objetivo geral a melhoria das Varas do Trabalho do TRT11, considerando as seguintes perspectivas:
- I. Sociedade: assegurar a cidadania, a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional, levando em consideração o prazo, a quantidade de processos pendentes, o cumprimento de metas, apurado a partir dos seguintes indicadores:
  - a. Quantidade de Processos pendentes no conhecimento;
  - b. Quantidade de Processos pendentes na liquidação;
  - c. Quantidade de Processos pendentes na execução;
  - d. Quantidade de processos com sentença em atraso;
  - e. Sentença líquidas proferidas;
  - f. Cumprimentos das Metas do CNJ;



- g. Prazo médio do ajuizamento da ação até a realização da 1<sup>a</sup> audiência -Processos Virtuais-PJE;
- h. "Prazo médio da conclusão até a prolação de sentença Processos Virtuais-Pie";
- i. Quantidade de audiências realizadas vs. Adiadas.
- II. Custos: aperfeiçoar a gestão de custos e sustentabilidade, analisando o consumo de papel e controle patrimonial, apurado a partir dos seguintes indicadores:
  - a. Controle patrimonial de todos os equipamentos e mobiliários devidamente cadastrado e atualizados no Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP);
  - b. Consumo de papel abaixo da média das unidades similares;
- III. Processos Internos: fortalecer os processos de governança e alinhamento com as diretrizes traçadas pelo Regional, verificando o cumprimento das determinações emanadas, o correto uso dos sistemas colocados a disposição, a capacidade de inovação, etc., apurado a partir dos seguintes indicadores:
  - a. Cumprimento de prazos das determinações realizadas pela Corregedoria, Presidência, NAE-CJ e NAPE;
  - Ter todos os processos em execução digitalizados e cadastrados no sistema Pje-JT;
  - c. Quantidade de boas práticas identificadas nas Correições;
  - d. Utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias SIMBA (Resolução CSJT n. 140/2014), BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD;
- IV. Gestão de Pessoas: promover a melhoria da Gestão de Pessoas e da Qualidade de Vida, analisando a participação em cursos promovidos, o clima organizacional, a pontualidade, etc., apurado a partir dos seguintes indicadores:
  - a. Participação Curso/capacitação;
  - b. Participação Jomatra;
  - c. Quantidade de impontualidades abonadas;
  - d. Quantidade de ausência abonadas;
  - e. Clima organizacional;
  - f. Capacitação obrigatória em E-gestão.
- V. Controle: avaliar o uso das ferramentas de controle Corregedoria e de ouvidoria.
  - Art. 3º O Selo 11 compreenderá as seguintes categorias:
    - I Selo Diamante do Mérito Corregedoria do TRT11;



II – Selo Ouro do Mérito Corregedoria do TRT11;

III – Selo Prata do Mérito Corregedoria do TRT11;

IV - Selo Bronze do Mérito Corregedoria do TRT11.

Parágrafo único. A cada uma das categorias será atribuída uma logomarca eletrônica distinta, que poderá ser exibida pela unidade agraciada em qualquer documento oficial.

- Art. 4º Os indicadores considerados para a pontuação do Selo 11 Mérito Corregedoria, estão discriminados no Anexo deste Ato, com a indicação das fontes e formas de apuração.
- Art. 5º O Selo 11 Mérito Corregedoria será concedido de acordo com a obtenção das seguintes faixas de pontuação:
  - I. Selo Diamante: entre 900 e 1000 pontos;
  - II. Selo Ouro: entre 700 a 900 pontos;
  - III. Selo Prata: entre 500 a 700 pontos;
  - IV. Selo Bronze: entre 300 a 500 pontos;
- Art. 6º A comissão avaliadora, presidida pelo Corregedor Regional, será composta por membros oriundos da Corregedoria Regional, da Vice-Presidência, da Assessoria de Gestão Estratégica e do Núcleo de Apoio ao PJe e E-gestão NAPE.

Parágrafo único. Caberá ao Corregedor Regional indicar os membros da comissão, acrescentando representantes de outros órgãos do Tribunal, caso entenda necessário.

- Art. 7º São atribuições da comissão avaliadora:
- I. Definir e divulgar os prazos referentes ao processo de outorga do Selo a cada ano;
- II. Proceder ao cômputo da pontuação alcançada pelas unidades no respectivo ano de avaliação e definir se a unidade faz jus à concessão do Selo.
- III. Decidir pela bonificação, de até 50 pontos, à unidade judicial, cuja excelência no desempenho tenha sido objeto de avaliação do usuário externo, por meio de pesquisas de opinião e dos demais mecanismos de comunicação utilizados pela Ouvidoria.
- Art. 8º A unidade judiciária que não alcançar a pontuação mínima para a obtenção do selo prata receberá orientação e capacitação específica, com prioridade de inscrição nos cursos oferecidos pela EJUD11, além do acompanhamento dos seus processos de trabalho até nova aferição de desempenho.



- Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão avaliadora e submetidos ao Corregedor Regional.
- Art. 10 A outorga do Selo "Mérito Corregedoria" será anual, observado como período de referência o mês de dezembro do ano anterior a novembro do ano em curso (12 meses).
  - Art. 11 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA Corregedor Regional do TRT da 11ª Região